

Brasil não pedirá a bancos prazo de carência para a renegociação

BRASÍLIA — O Governo não pedirá prazo de carência (período em que não se pagam amortizações), na próxima rodada da renegociação da dívida externa brasileira, a partir do dia 14, em Nova York, garantiu o Ministro da Fazenda, Ernane Galvães. Ele explicou que isso não será necessário porque o Brasil pretende negociar com os bancos credores uma substancial redução nos pagamentos dos débitos que vencem nos próximos cinco anos, com o reescalonamento da diferença em 14 anos.

— Se para o ano que vem estão previstas, por exemplo, amortizações de US\$ 10 bilhões, o Governo pagaria apenas US\$ 2 bilhões, refinanciando os US\$ 8 bilhões restantes.

Galvães disse que estes pagamentos cresceriam progressivamente, não representando um peso para o balanço de pagamentos e dispensando o pedido de carência. Ele esclareceu, porém, que a proposta ainda não é definitiva.

O Ministro destacou, ainda, que, se forem necessários novos empréstimos externos em 85, a tarefa de pedi-los caberá ao próximo Governo, mesmo após a conclusão das re-



“Acredito que o Governo que assumirá em março não pedirá novos créditos porque isso não será necessário”

ERNANE GALVÃES, Ministro da Fazenda

negociações. Segundo ele, este raciocínio descarta totalmente a possibilidade de uma queima das reservas cambiais acumuladas este ano, caso o Brasil não negocie novos recursos para o fechamento do balanço de pagamentos do próximo ano. Galvães e o Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, previram o crescimento das reservas em 85. O Ministro lembrou que haverá ingresso de divisas de várias fon-

tes, entre as quais créditos do Banco Mundial (Bird) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Pastore, por sua vez, afirmou que o Governo levará aos bancos uma previsão de US\$ 11,5 bilhões para o superávit comercial de 85.

O Presidente do Banco Central disse que, mesmo sem novos empréstimos dos bancos estrangeiros, o programa de renegociação da dívida brasileira leva em consideração a hipótese de acumulação de reservas em 85.

Galvães não acha conveniente ao próximo Governo suspender o programa de ajuste econômico acertado com o FMI, que tem duração de três anos e termina em dezembro de 85. Segundo ele, o Fundo dá ao País créditos a custos inferiores aos de mercado. O que interessa ao Brasil, no momento, acrescentou, é tirar partido do acordo com o FMI para obter dos bancos internacionais melhores condições nos empréstimos externos.

O Chefe da Assessoria International do Ministério do Planejamento, Embaixador José Botafogo Gonçalves, comentou que a proposta de adotar a Libor (taxa do mercado do eurodólar), em substituição à taxa preferencial de juros americana (prime rate) na renegociação da dívida poderá trazer vantagens para o Brasil. Isto porque a Libor sofre menos os efeitos da política econômica americana.